

## Línguas e dialectos. Discurso da Identidade em *Guías das Línguas de Europa*

por Valentim R. Fagim

Em Abril de 2002 veio a lume este manual de Xosé Henrique Costas, na editora compostelana *Edicións Positivas*. Na *Introducción* o autor sinala que "Esta *Guía* pretende ser un achegamento sinxelo para un público interesado na diversidade e riqueza lingüística dos pobos de Europa, na disparidade de situacións legais e nas perspectivas de futuro destas línguas". A minha pretensão ao focar esta obra pretende, aliás, analisar os critérios utilizados (ou não) polo autor para dirimir quais são essas línguas da Europa. Por outras palavras, em que se baseia o autor para afirmar que a variedade A é uma língua enquanto a variedade B está recolhida no interior de outra, (é portanto uma sub-variedade, popularmente, dialecto).

Que o tema é importante numa obra deste tipo é algo que o próprio autor assinala nas primeiras páginas sob a epígrafe: "Un problema terminolóxico extralingüístico: ¿Que son línguas e que son dialectos?"

Uma questão importante, de certeza, mas o que haveria que esclarecer também à partida é a questão de (extra)lingüístico. Dado que uma língua, hoje, é sempre uma língua nacional ou com aspirações de sê-lo, dirimir o que é uma língua nunca pode ser extralingüístico. (A não ser que partamos de essências dialectológicas do tipo: esta variedade é uma língua a respeito desta porque tem x isoglossas divergentes)

O autor afirma que "todo dialecto é unha variedade derrotada pola historia" para acto contínuo analisar o próprio galego e perguntar-se: "¿A nosa lingua é galego ou galego-português?". Esta pergunta, aparentemente, parece contradizer-se com a definição de dialecto. Quer dizer, o facto de a nossa língua ter sido ou não derrotada pola história, implicaria uma pergunta diferente: A nossa língua é galego-castelhano ou galego-português? e, ainda mais directamente: A nossa língua é castelhano ou português? Onde todas coincidiremos é que a nossa língua tem "brigado", quando brigou, contra a espanhola, e esta é a sua única referente de oposição real. Portanto, a sua derrota ou vitória é, de necessário, frente ao espanhol.

Para responder à sua própria pergunta o autor cita a Fernandez Rei: "Desde unha perspectiva estritamente lingüística coido que actualmente a visión do galego satelizado na órbita do portugués, isto é, a súa consideración como un dialecto do portugués non parece incorrecta (...)" Portanto, parece que este autor sim se anota ao essencialismo dialectológico. "Tendo en conta a consciencia da grande maioría da poboación galega de contar cum idioma de seu, diferente do castelán pero moi afín ó portugués, o que en condicións normais permite a inetercomprensión; tendo en conta os esforzos por crear un estandar galego propio e por reivindica-lo seu uso (...); e tendo en conta a situación socio-lingüística en que vive actualmente o galego, coido que é mais correcto falar de dúas línguas modernas na Iberorromania occidental (a galega e a portuguesa) con cadanseu estándar"

Resumindo: a variedade galega e a portuguesa são muito parecidas mas:

1- A consciência da população galega de "contar cun idioma de seu",

- 2- Os esforços feitos por criar um padrão autónomo (não-lusófono)
- 3- A actual situação de conflito linguístico...

recomenda falarmos de duas línguas. Voltaremos sobre isto.

Para finalizar esta epígrafe o autor utiliza a terminologia de Kloss/Muljačić, de língua por distanciamento e língua por elaboração para afirmar que "o galego é unha das dúas linguas LE dunha única lingua LD galego-portuguesa", além de que "Se un día os falantes dunha variedade xeográfica dunha LD (en condicións políticas especiais) adquiren consciencia do carácter autónomo lingüístico e sociolingüístico do seu idioma e comezan a codificar e empregar a súa variedade en tódolos usos sociais, xa non só familiares ou coloquais, senón tamén nos usos administrativos, escolares, comunicacionais, etc, podemos falar xa dunha lingua en vías de elaboración". Sobre tudo isto hemos voltar também.

O grosso deste trabalho vai analisar o discurso de identidade que o autor estabelece para certas variedades, todas elas caracterizadas, como a nossa língua, por um conflito identitário, isto é, a questão: *quem fala a nossa língua?* não produz uma resposta homogénea nas suas utilizadoras e/ou a comunidade internacional, quer nas elites culturais ou de outro tipo, quer nas populações.

### O sérvio-croata

"Ainda que teñamos oído falar de serbio e croata como linguas diferentes (ou mesmo da lingua bosnia) en realidade trátase da mesma lingua, só que os croatas a escriben con alfabeto latino (por seren católicos) e os serbios con alfabeto cirílico (por seren ortodoxos)"

Parece ser, pois, que o facto de se empregarem dois alfabetos diferentes não empece a unidade dunha língua (voltaremos também sobre isto). A questão é, no entanto, se além de empregarem dous alfabetos, existir também unha **elaboração** divergente de ambas as variedades. Caberia assim a hipótese de se tratar de um quadro similar ao que colocava o autor para as variedades galega e portuguesa. Lembremos: "dúas linguas LE dunha única LD".

No trabalho editado por Michael Clyne, *Pluricentric Languages*, recolhe-se um trabalho de Brozovič intitulado *Serbo-croatian as a pluricentric Language*<sup>1</sup>. Embora o autor reconheça, ano 1992, que há muitos factores em jogo para adivinhar o desenvolvimento futuro das variedades sérvia e croata, no seu trabalho dá não poucas pistas:

- a) Denominação: rejeição das formas sérvio-croata ou croata-sérvio e domínio das formas sérvio e croata para referir-se à língua nacional, também nas respectivas constituições.
- b) Os padrões de língua sérvio e croata são os únicos existentes na vida pública e cultural bem como na administração, os média e a educação de cada país.

---

<sup>1</sup> O manual foi editado em 1992, pola Mouton de Gruyter, nas cidades de Berlim e Nova Iorque.

c) Codificações divergentes, com modelos diferentes e divergente permeabilidade às culturas e línguas circundantes: o russo, o checo, o alemão, o francês... De resto, não existem entidades codificadoras comuns.

d) "Sérvios e croatas entenderam as suas respectivas padronizações linguísticas independentemente uma da outra desde o mesmo início"

Já uma outra análise post-bellum afirma:

“A situação linguística na antiga Jugoslávia tem sido irrevogavelmente transformada desde a sua ruptura. A precária união linguística não suportou a prova de semelhante cataclismo, e a língua servo-croata desgarrou-se em três, e possivelmente quatro, línguas sucessoras... Já agora, só os croatas têm definido claramente o futuro da língua croata, e têm aplicado estritas normas prescritivas para a língua. Os sérvios estão comprometidos numa luta de poder sobre o futuro do sérvio, e é está pouco claro quanto vai aguentar o tolerante modelo unitário em curso...”<sup>2</sup>

Longe de afirmarmos categoricamente que sérvio e croata são já línguas diferentes, o que sim poderíamos anotar é que a sua identidade em comum está cada vez mais longe de ser uma evidência e sobretudo que, caso de se defender serem a mesma língua haveria que dar algumas razões objectivas no plano sócio-político que reforçassem essa afirmação.

### As variedades do Vale do Rio Ellas

Trata-se de umas variedades faladas em Estremadura que o autor coloca sem comentário algum na epígrafe Galego. Graças ao trabalho do mesmo autor, "Aspectos sócio-linguísticos das falas do Val do Río Ellas (Cáceres)"<sup>3</sup>, obtemos as seguintes informações quanto à sua padronização e consciência identitária:

1- “(as boas xentes de *Fala i Cultura –grupo local-*) tampouco están dispostos a asumir a normativa oficial galega que, aínda parecéndolles máis próxima, coidan que non se pode aplicar a *machada*”.

2- Um estudo de 1993 revela que as suas falantes acham que o que elas falam é: “un dialecto castelán: 13 %; un dialecto portugués: 20 %; unha lingua autóctona: 67 %”

3- Um outro de 1994 feito por galegos mostra que “A pregunta que deita unhas respostas máis variadas é a da consideración da adscrición da súa fala: o 22% coida que é un *chapurreado* de fronteira, unha mestura entre portugués, leonés e castelán; o 21 % opinan que é máis ben unha variante galega (curiosamente (sic) neste grupo inclúense os que mantiveron contactos con galegos ou estiveron algunha vez en Galicia); uns poucos, o 15 %, responden que unha fala astur-leonesa; por unha variedade de portugués aposta o 13 %; unha mestura de galego e astur-leonés é a crenza dun 11 %; por último, un significativo 18 % contesta que non saben o que pode ser nin de onde pode vir”

<sup>2</sup> Paulovich, H. Languages and politics, in <http://home.clara.net/patriciatreasure/linguist/politics.htm>

<sup>3</sup> <http://es.geocities.com/alendoval/Costas-asp.socioling.htm>

Um outro trabalho, este de Fernández Rei, “As falas de Xálima e a sua relación coa lingua galega. Notas sobre o descubrimento do “galego” de Cáceres”<sup>4</sup> ilustra-nos a respeito de:

- 1- Um “descubrimento”, datado em 1991-92, dessa realidade (seria um risco apontar então que a “descoberta” viria também por parte dos falantes desta variedade a respeito da variedade galega?).
- 2- “Da língua *abstand* galaico-portuguesa provén esta terceira ponla, a do grupo dialectal formado polo valverdeiro, o lagarteiro e o mañego”

Resumindo, estas variedades que segundo diversos estudos são fruto de repovoações do s. XIII são a mesma língua que o galego apesar de:

- a- a não consciência dos seus falantes
- b- a sua padronização soberana<sup>5</sup>
- c- a sua desligação com a Galiza até à “descoberta” da última década
- d- ser (segundo Fernández Rei) uma língua elaborada ao pé do galego e do português da antiga *abstand* galaico-portuguesa. Fruto disto, uma parte do todo (as falas estremenhas em questão) são o mesmo que outra parte do todo (o galego) o que parece violentar as mais elementares regras de lógica.

Creio pertinentes estes comentários de Gargallo Gil ao respeito:

"Y vuelvo a la cuestión ¿Se habla gallego en Extremadura? Ese título he dado a otro trabajo mío (Gargallo 2000), donde sopeso las razones de quienes pretenden que sí. Razones históricas (reoblación medieval con colonos mayoritariamente gallegos) y razones basadas en la afinidad con el gallego propiamente dicho. Y no deja de sorprenderme que quienes no creen viable un reintegracionismo del gallego al portugués, practiquen en cambio este curioso "reintegracionismo a la inversa", según el cual no es el gallego la misma lengua que el portugués, pero sí es una variedad de la lengua gallega (y no de la portuguesa) este "gallego" de Cáceres."<sup>6</sup>

## O astur-leonês

Dentro deste complexo idiomático sobre cuja soberania a respeito do seu referente de oposição, o espanhol, haveria muito a dizer, aparece incluído o mirandês, variedade situada no NE português a somar entre 10 e 15 mil falantes. Uma primeira pergunta que poderíamos fazer-nos e se as falantes de mirandês têm consciência de falar algo que não seja um português desviado do padrão. Deixando isto de parte, e muito mais

<sup>4</sup> <http://es.geocities.com/alendoval/CFernandez-Xalima.htm>

<sup>5</sup> Sirva de exemplo um trecho tirado de um dos escassos manuais existentes, Frades Gaspar, D. *Vamus a falal*, Badajoz, Junta de Extremadura, 2000 (2ª edição) P. 15 “ Tendu en conta o territoriu que ocupamus i os habitantis que han existíu i dau vida a os nossos lugaris en o tempu, vemos que a nosa fala tem un-a importancia limitá numéricamente falandu. Peru nun sólu os números dan valor as coisas i menus in da cuantas tenin que vel com a cultura, historia e tradicións. Comu to é custión de proporciós, sin que sirva de argumentu por nun fel falta, poemus vel que en a mesma Europa hai Estaus Soberanus con menus territoriu que os tres lugaris nossus, cumu: (...) Niñún d’elis tem precisamente sua importancia en a superficie, nin siquera por sei número de habitantis nin por sua lengua propia”.

<sup>6</sup> “*Recorrido por la diversidad lingüística de las tierras de España*”, in [www.ub.es/filhis/culturele/gargallo.html](http://www.ub.es/filhis/culturele/gargallo.html)

interessante para o tema que nos toca o indagarmos se as falantes de mirandês têm consciência de falar a mesma língua que se fala, p.e. em Cangas de Onis ou se sabem tão sequer se no lugar administrativo chamado CA de Astúrias se fala algo diferente do espanhol que, por um acaso, é a mesma língua que elas falam. O sentido comum parece ditar que não, se temos em conta o ambiente rural e extremamente periférico onde se assenta o mirandês, portanto um espaço nada favorável à eclosão de elites nacionalizadoras não-portuguesas<sup>7</sup>. Também não estaria de mais indicar que o mirandês é grafado com ortografia portuguesa e não com a espanhola do asturiano (no entanto, como vimos no caso anterior, duas grafias diferentes não empecem a identidade comum de duas variedades). Porém, o certo é que nada disto é colocado na epígrafe desta variedade.

Uma leitura da apresentação da *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa* permitiria tirar luz sobre o tema:

"O **asturiano** está hoje dotado de uma norma ortográfica flexível, que dá possibilidade de expressão às suas variedades. Esta norma, contudo, não é adequada à grafia do mirandês: apesar de pertencerem ao mesmo continuum linguístico, os dois idiomas ocupam extremos opostos do território respectivo, traduzindo-se o seu afastamento geográfico e o seu alheamento comunicativo em diferenças de fala bastante significativas, que as normas ortográficas respectivas não podem ignorar. Estes motivos e outros - como a influência, em pano de fundo, da ortografia do espanhol e do português - desaconselhavam a procura de uma unidade de escrita transfronteiriça, de difícil e morosa construção. Impunha-se encontrar um código que reflectisse a unidade interna do mirandês e que recobrisse a própria variação local, de modo a tornar-se num instrumento de comunicação simultaneamente amplo e colado à realidade, para poder ser reconhecido como um código de identificação colectiva pela população a que se destina".<sup>8</sup> Estaremos portanto perante duas línguas por elaboração?<sup>9</sup>

### O catalão<sup>10</sup>

No espaço dedicado a esta língua não se faz a mínima menção à questão valenciana, esquecimento estranho se se têm em conta todos os passos dados durante o governo do Partido Popular para desligar a variedade valenciana do catalão; citemos apenas: a deshomologação de títulos de conhecimento de valenciano com os da *Generallitat* de Catalunha e os do Governo das Ilhas Baleares; a petição de deshomologação das licenciaturas de Filologia Valenciana e Catalã; a retirada da competência normativa

---

<sup>7</sup> "Os movimentos de ressurreição da língua, os movimentos de lealdade à língua e as tentativas organizadas para a manutenção linguística foram originados comumente e tiveram a sua maior repercussão nas cidades" in Fishman, Joshua, *Sociología del lenguaje*, Madrid, Cátedra, 1995.

<sup>8</sup> Miranda do Douro/Lisboa, Câmara Municipal de Mirando do Douro/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1999 ou em [www.terravista.pt/baiagatas/5225/htm/convencao.htm](http://www.terravista.pt/baiagatas/5225/htm/convencao.htm)

<sup>9</sup> De facto, as ideias-força do texto: as diferenças linguísticas e os quadros referenciais estatais divergentes impossibilitam uma norma comum e devemos elaborar uma norma apenas "interna" são comuns entre os defensores de uma ortografia espanhola (que rara vez é chamada assim) para a variedade galega. Perante estes argumentos, e isto nada tem de original, uns falam de pragmatismo e outros de possibilismo.

<sup>10</sup> A este respeito é interessante uma intervenção do autor na imprensa catalã, em 1991 onde entre outras cousas afirmava: O valenciano é catalão sem qualquer dúvida mas o galego não é português na mesma medida que o catalão e o ocitano também não são a mesma língua" e onde denunciava a identidade galego-portuguesa na cartografia catalã. A sua intervenção suscitou a resposta de um professor catalão. Ambos os documentos aparecem reproduzidos em *Agália* 25, Primavera 1991, p. 119.

sobre os livros de texto ao Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana; a censura de termos nos livros de texto e a imposição de determinada terminologia nos meios de massa que solicitarem ajudas à Generalitat<sup>11</sup>...por não falar das tentativas de ilegalidade para o termo catalão na referência à variedade valenciana ou dos ataques de todo o tipo contra a recepção das tvs da Catalunha no País Valenciano.

Além do mais, em Valência dão-se aquelas características que Fernández Rei atribui ao galego para considerar este uma língua diferente da portuguesa:

- a) Consciência popular. Se tomamos o grosso da população e não aquelas pessoas que realmente falam e defendem a língua, poderíamos deduzir, dada a maioria absoluta do PP ou a escassa presença que os partidos decididamente unionistas têm na Câmara que “o povo” apoia a política secessionista em vigor. No entanto, isto seria uma afirmação, no mínimo, alegre. Ora, não recolhe uma alegria diferente que a de Fernández Rei quando afirma que: " a consciencia da grande maioría da poboación galega de contar cum idioma de seu", pois nem se coloca nenhum estudo ao respeito e choca com a realidade onde parece que o único idioma "de seu" da população galega está a ser, e cada vez com maior evidência, o espanhol.
- b) Os esforços por criar um padrão próprio. Isto é algo que existe também na Comunidade valenciana, de facto até há duas normativas; a de El Puig e a de Castellò e todo um "esforço" por criar materiais nessas normativas: livros, música, BD...
- c) A situação sócio-linguística. Com certeza, até um bocado mais grave que a nossa.<sup>12</sup>

## Ocitano

"Co nome de occitano coñecemos un conxunto de variedades galorrománicas meridionais que se distribúen por todo o sur de Francia, occidente do Piemonte italiano, Val de Arán en Lleida, e na vila calabresa de Guardia Piemontese, na empeña da bota italiana"

Os movimentos de emergência linguística no Sul da França que se costumam etiquetar como ocitanos começaram na segunda metade de XIX mas em frente tiveram um rival muito mais poderoso que o insucesso nacionalismo espanhol e o seu estado, Espanha. O certo é que no momento actual estes movimentos apresentam uns resultados bastante menos sucedidos que os apresentados polo quadro catalão, basco e galego. Isto é algo que se evidencia p.e. na quase nula cobertura legal que têm estas variedades (França ainda não assinou a carta universal dos direitos linguísticos apesar de não poucas pressões institucionais) ou no facto de a imensa maioria das crianças em idade escolar não terem qualquer contacto com elas nas escolas. No entanto, talvez uma das marcas mais evidentes do fracasso ocitano venha dado pola própria consciência da ocitanidade.

Em 1992, o estudioso e isolacionista provençal, Philippe Blanchet<sup>13</sup>, utilizando argumentos bastante similares aos de Fernández Rei, portanto, também aos do autor do livro sobre o que escrevemos, colocava o seguinte inquérito feito dous anos atrás e onde se perguntava:

<sup>11</sup> Guia Conca, A., *la llengua negociada*, València, Quaderns 3 i4, 2001.

<sup>12</sup> Em Sigaun, M., *España Plurilingüe*, Madrid, Alianza, 1992, numa autoavaliação que 1600 pessoas realizam da sua língua predominante, arrojava 31% Mais bem valenciano, 18% Bilingue e 51% Mais bem castelhano.

<sup>13</sup> *Le provençal*, Louvain-la Nuve, Peeters, 1992.

a) A forma em que as pessoas da Provença denominavam a língua própria (excluída a francesa). Resultados: ocitano ou língua de Oc não alcançava 2% sendo as formas mais estendidas: provençal, patois provençal ou simplesmente patois.

b) Onde se fala ocitano? 21,4 não sabiam, 62,6 afirmavam que no Suloeste, 12,4 que em Perpilhão e 3,20 no País Basco

c) O provençal é uma língua independente ou uma variante de uma língua? Quase roçando 100% afirmavam que independente frente a taxas mínimas que afirmavam que eram uma variante quer do ocitano quer do francês. Seria, com certeza, interessante, um inquérito destas características aqui mas acompanhado de adscrição nacional, usos da língua, considerações a respeito do papel nacional da nossa língua, variáveis formativas, de habitat, idade, profissão...

Segundo o próprio Blanchet, *ocitano*, *Ocitània* e *ocitanista*, "são termos muito recentes, que não têm nenhum enraizamento popular, nenhum sucesso na maior parte dos locutores dos idiomas de Oc e notadamente nos provençais"

Se insistirmos no critério da consciência de ter "un idioma de seu" parece que na Provença não se fala ocitano.

### **Italorromances do Centro e do Sul.**

Entre estas línguas incluem-se o napolitano, o calabrês e o siciliano. Nenhuma delas tem nenhum reconhecimento nem institucional nem pelas falantes segundo o autor. De facto, do siciliano afirma: "Non ten ningún recoñecemento nin os falantes teñen conciencia diferencial" e do napolitano que é "dificilmente intelixible para un italiano do centro ou do norte da república". Temos assim que os critérios para individualizar línguas vão-se complicando.

Aparece assim o critério inteligibilidade que, no entanto, não se aplica ao alemão, p.e. o alemão da Suíça por não falarmos do que se fala em São Petesburgo ou na Ucrânia. Porém, o autor assume a identidade comum das diferentes variedades de alemã: "Oralmente, o alemán oral está fragmentado nun puzzle dialectal en varios países europeos (...) son variedades xeográficas do alemán o frâncico (...) sem embargo a conciencia dos falantes é seren falantes de alemán, en abstracto, por mais que o "seu" alemán falado diste doutros alemáns falados e do alemán estándar"

A contradição torna-se assim evidente: a) as falantes das diferentes variedades germânicas do Centro de Europa falam de forma diferente mas são a mesma língua, o alemão, porque essa é a sua auto-consciência mas b- as falantes das diferentes variedades derivadas do latim no Sul da Itália falam diferente, mas as suas falantes não têm "consciência diferencial" relativamente ao italiano, aliás, são línguas diferentes. Esta contradição é ainda mais flagrante se lembramos que os processos de nacionalização italiano e alemão são quase simultâneos.

## Romeno

Aparece como uma das variedades dacorrománicas, ao pé do istriorromeno e o arromeno. Chama portanto a atenção que o moldavo, a variedade novilatina que se fala na República de Moldávia não alcance nem o estatuto de variedade à par do romeno. E digo que chama a atenção porque até 1991, o moldavo era a língua constitucionalmente nacional da Moldávia e era diferente do romeno. Talvez não tivesse sido uma má ideia dedicar-lhe algumas linhas à política linguística soviética na criação de uma língua moldava independente da romena, com ortografia cirílica, para facilitar a expansão da língua russa. Na verdade, se existe Moldávia como país independente é em grande medida fruto da 2ª Guerra Mundial e a anexação soviética.<sup>14</sup>

## Luxemburguês e Afrikânder

Do primeiro, que tem a sua própria epígrafe ao pé do alemão, afirma-se que "foi declarado língua nacional do Ducado de Luxemburgo em 1984" e que é língua "nacional en Luxemburgo". A segunda aparece dentro da epígrafe neerlandês "Lembremos que na República Sudafricana falan neerlandês afrikaans uns seis millóns de persoas, descendentes dos colonos holandeses (boers) instalados nesta rexión no século XVII." Também era bom lembrar que em 1925, 59 anos atrás, o africânder deslocava ao holandês como língua constitucional da República da África do Sul e desde então o africânder funciona como entidade soberana a respeito do holandês, cousa que dificilmente poderá fazer o luxemburguês dado o seu número de falantes e a sua fronteira com a Alemanha.

## Conclusões

Abordar uma catalogação de línguas de um espaço qualquer é uma empresa difícil já à partida. Dilucidar o que é uma língua é um requisito que não se deve contornar e fazê-lo com rigor uma tarefa árdua.

O autor tem-se enfrentado a este dilema através dos critérios de um seu colega para analisar a problemática galego/portuguesa, além de ter aceitado as categorias LE e LD, línguas por estranhamento e línguas por distanciamento. No entanto, através das variedades que comentamos aqui, parece que estes critérios não têm servido ao rigor da classificação. Tomemos, um por um, os diferentes critérios:

a) consciência das falantes. Sob este entender, a maioria das variedades que aparecem na *Guía* não poderiam ser adscritas como língua. Há um facto penso que evidente para quem se aproxima ao estudo das variedades em processo de emergência para o estádio de língua nacional. Estas variedades devem desprender-se das etiquetas de "dialecto", "patois", "fala local" "língua litúrgica"... isto é algo que nesta altura só as línguas nacional-estatais têm garantido (e nem todas, pense-se no irlandês). Fora destas, poderíamos citar o catalã e o euscaro como relativamente sucedidas... e penso que poucas mais.

---

<sup>14</sup> Um resumo amplo na nossa língua do estudo que Charles King realizou sobre o espaço moldavo com especial incidência na fase soviética, pode-se encontrar na revista *Agália* n.º 59 e mais directamente no Portal da Língua, [www.agal-gz.org](http://www.agal-gz.org) na secção de descargas na revista *Agália*.



Ora, o que pretende Fernández Rei afirmando que galego e português são línguas divergentes porque assim o pensam os falantes da variedade galega, encerra não pouca instabilidade. Para começar, a ausência de um estudo desse tipo (que eu saiba). No entanto, pergunto, seria arriscado afirmar que nos inquéritos sobre o provençal, entre esse 1 ou 2% de ocitanistas estarão talvez os únicos falantes nacionais do provençal/ocitano ou como se queira chamar? . Igualmente, já trasladados ao quadro valenciano, seria absurdo afirmar que a consciência secessionista do valenciano está muito ligada à adscrição partidária (PP, UV) e às práticas linguísticas (hispano-falantes)? Usar os números e as maiorias é algo que sabemos os políticos fazem demagogicamente. Analisar já é algo diferente.

De resto, os casos, entre outros, do “galego” de Estremadura bem como do mirandês constataam que este argumento não é empregue com sistematicidade.

b) Os esforços feitos em torno a um padrão. As políticas de factos consumados também não acho serem um bom argumento. O isolacionismo provençal pode apresentar algo que duvido o ocitanismo possa apresentar a médio prazo: um prémio Nobel, Mistral (algo que por certo, não parece ser essencial para a existência de uma variedade ou a sua constituição como língua). Os 40 anos de política soviética em torno ao moldavo isolacionista, com generosos orçamentos, políticas terminológicas profundas (algo que os detentores do galego oficial na Galiza parecem longe de abordar) também parece que não empecu a proclamação do romeno como língua nacional em 1991 polos próprios independentistas moldavos. Em Valência, a actual normativa oficial é divergente da catalã, e está a ser utilizada pelas instituições próximas ao governo como uma negação da catalanidade do valenciano. Não parece que seja esta a sensibilidade do autor uma vez que inclui o valenciano entre as variedades catalãs, (além do moldavo dentro do romeno ou o provençal do ocitano).

c) A situação sócio-linguística. Devo reconhecer que não me fica muito claro o que pretende afirmar Fernández Rei mas conhecedor de outros aspectos da sua obra e de diferentes entrevistas e até trato pessoal (é professor da Universidade de Santiago de Compostela) atrever-me-ia a intuir uma afirmação deste tipo: "dada a situação de precariedade da nossa língua, abrir novos frentes (p.e. o tema do português) seria prejudicial". Sempre deixando aberta a hipótese de uma leitura errónea das palavras do professor Rei, uma pergunta que caberia fazer-se seria: não terá algo que ver com a situação actual da nossa língua na Galiza, o facto mesmo de isolá-la do português o que a leva inelutavelmente a abandoná-la ao espanhol? A satelitização a respeito desta língua não será mesmo um sintoma da sua precariedade e uma direcção a corrigir?

d) Língua por distanciamento e Língua por elaboração. A crítica de fundo que se lhe poderia fazer a estes termos é que são úteis para o que são. Podemos afirmar contundentemente que o bretão não é francês porque a primeira é uma língua céltica e a segunda românica. Acho que nenhuma pessoa bretoa ou francesa afirmará que o bretão é um francês mal falado, mas... faz isto mais língua ao bretão do que ao provençal ou ao normando, que sim podem ser consideradas popularmente uma deformação do francês?

Quando o autor da *Guía* afirma que o galego e o português são duas LE duma LD, deve também demonstrar que o estatuto da variedade galega e da portuguesa são similares. Esta é, no mínimo, a língua nacional de Portugal e do Brasil e vários países africanos e asiáticos como o espanhol o é da Espanha (onde está inserida, por certo, a Galiza). Por

outras palavras, quem parece que apresenta uma elaboração é a variedade portuguesa, a galega por sua parte, apresenta uma grande precariedade, enfim, um não-elaboração frente ao espanhol. Portanto, parece longe do que afirmava o autor a respeito de que "Se un día os falantes dunha variedade xeográfica dunha LD (en condicións políticas especiais) adquiren consciencia do carácter autónomo lingüístico e sociolingüístico do seu idioma e comezan a codificar e empregar a súa variedade en tódolos usos sociais, xa non só familiares ou coloquais, senón tamén nos usos administrativos, escolares, comunicacionais, etc, podemos falar xa dunha lingua en vías de elaboración" Dadas estas premissas parece que somos as pessoas utilizadoras do galego-português na Galiza as que apresentamos maiores quotas de elaboração a respeito do espanhol. Pense-se, p.e. nas bibliotecas, discotecas, bedetecas ou no software pessoais ao algo tão simples como o que se entende por ir de férias para o sul.

Igualmente, colocar ao lado do italiano o siciliano para afirmar de este que "non ten ningún recoñecimento nin os falantes teñen conciencia diferencial" abre um totum revolutum onde os leitores do manual podem perguntar-se pola não inclusão do andaluz, o canário, o bávaro, o alandiano (de Aland, ilha finlandesa onde se fala sueco), o transilvano, o viovodino... em especial, quando entram em jogo critérios como a oficialidade ou a inteligibilidade a se misturar com os anteriores.

Por fim, fazer da dialectologia uma ciência matemática que permite regulamentar duas variedades serem uma língua, caso talvez do serbio e do croata, apesar das suas falantes, das suas constituições, dos seus relacionamentos, das suas ortografias, das suas religiões e de uma guerra muito cruel, também não parece ser um bom critério.

Talvez uma focagem diferente teria evitado algumas destas contradições (que, por outra parte, nem sempre serão apercebidas dada, infelicissimamente, a pouca qualidade da formação escolar neste ponto). Seria o caso se, em vez de falar de línguas que como tem afirmado, entre outros, Gil Hernández, só podem ser línguas nacionais, se tivesse falado de variedades, termo este neutro que engloba o francês e o picardo. Ou, se na introdução se obviasse a dicotomia língua-dialecto e se tivesse falado de algo assim como "linguização" ou qualquer palavra do género a indicar como a realidade do estatuto duma língua tem muito de gradação. Mesmo o alvo do livro poderia ser "Línguas nacionais e línguas aspirantes no espaço europeu" ou também "Línguas nacionais e variedades emergentes". Então seria questão de em cada variedade colocar o seu estatuto legal, presença escolar, livros editados e temática destes livros, geo-políticas, conflitos de identidade, conflitos de padronização, potencialidades, infra-estruturas, normativização... mas também é certo que talvez isto requereria um trabalho muito mais amplo e ambicioso e que esta, se calhar, não fosse a intenção do autor.